



SENADO FEDERAL

DOCUMENTOS PARA POSSE EM CARGO EM COMISSÃO

Interessado: _____

Gabinete parlamentar: _____

A posse é a investidura no cargo, ocorrendo somente após a publicação do Ato de Nomeação no Boletim Administrativo do Senado Federal e no Diário Oficial da União, momento a partir do qual o indicado tem 30 (trinta) dias para tomar posse.

No Senado Federal, tanto servidores sem vínculo prévio com a Administração Pública, quanto os cedidos de outros órgãos ou entidades públicas podem exercer cargos comissionados. Os servidores cedidos deverão apresentar a documentação básica para posse acompanhada da documentação complementar.

Todos os formulários e declarações devem ser firmados com data não anterior a 30 (trinta) dias da data de posse e assinados pelo próprio nomeado.

A apresentação da documentação de posse deverá ser realizada por meio de documento digital devidamente cadastrado no Sigad e tramitado ao SEPCOM. A equipe responsável pela posse fará a checagem da documentação e, caso seja identificada a existência de pendência, o documento será devolvido ao gabinete com essa informação; caso a documentação esteja completa, será liberado o agendamento de posse, via Ergon Produção. Os chefes, subchefes e servidores que possuam delegação de acesso ao GCC receberão um e-mail automático informando que o agendamento da posse encontra-se liberado. O nomeado, ou seu procurador, deverá comparecer ao SEATUS apenas para assinatura do Termo de Posse no horário agendado pelo gabinete.

Posse por procuração:

Conforme previsão do art. 13, §3º, da Lei nº 8.112/90, a posse poderá se dar mediante procuração específica. O procurador não poderá ser servidor público federal (art. 117, XI, da Lei nº 8.112/90), devendo, apresentar documento de identificação pessoal. Tanto a procuração quanto o documento de identificação pessoal deverão ser tramitados ao SEPCOM junto com a documentação de posse do nomeado.

De acordo com o art. 2º, §5º, do Ato da Diretoria-Geral nº 34, de 2017, o instrumento de procuração deverá apresentar firma reconhecida em cartório. Tal instrumento confere ao(a) procurador(a) a prerrogativa de assinar o "termo de posse", não delegando, contudo, poderes para assinar as declarações e formulários de cunho personalíssimo, então exigidas pelo Senado.

DOCUMENTOS PESSOAIS

Nesta seção, deverão constar cópias simples dos documentos do indicado elencados abaixo. As cópias devem estar legíveis e não é necessário autenticá-las em cartório.

Documentos:

Carteira de Identidade (com indicação de número de Registro Geral e data de expedição)

Comprovante de qualificação cadastral correta junto ao Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial (o comprovante pode ser emitido por meio do link <http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/index.xhtml>)

Registro quanto ao Estado Civil:

- Solteiro: certidão de nascimento;
- Casado: certidão de casamento;
- Separado ou divorciado: certidão de nascimento ou certidão de casamento com averbação de divórcio;
- Viúvo: Certidão de Casamento + atestado de óbito do cônjuge falecido;
- Convivente (União Estável): Registro civil (certidão de nascimento ou certidão de casamento com averbações + Declaração de União Estável lavrada em cartório);

Documento oficial de inscrição no PIS/PASEP

Título de Eleitor

Documento de quitação das obrigações militares (homens até 45 anos)

- Certificado de Alistamento Militar (CAM) - Certificado de Dispensa de Incorporação (CDI) ou
- Certificado de Reservista de 1a categoria ou
- Certificado de Reservista de 2a categoria ou
- Certificado de Isenção (CI)

Obs.: Caso o nomeado tenha idade superior a 45 anos, está dispensada a apresentação do documento.

Laudo médico

Obs.: O documento deverá ser emitido por instituição pública oficial ou por empresas e profissionais de saúde credenciados pela Administração Pública, atestando a aptidão física e mental para o exercício de cargo público. O servidor cedido de outro órgão público está dispensado de apresentar o laudo médico.

CNH (documento obrigatório somente para os nomeados para o cargo de motorista)

DECLARAÇÕES

Nesta seção, deverão constar as declarações do indicado, em atendimento ao Ato do Primeiro-Secretário nº 1, de 2018.

As declarações devem estar preenchidas por completo, inclusive **datadas e assinadas pelo indicado, de acordo com o documento de identidade.**

Formulários e Declarações:

- Declaração de Dados Pessoais ([doc. 1](#))
- Declaração de Acumulação de Cargos ([doc. 2](#))
- Declaração de Bens e Fonte de Renda ([doc. 3](#))
- Declaração de Isento, caso o candidato seja isento de declarar imposto de renda ([doc. 4a](#))
- Formulário de Autorização de Acesso aos Dados de Bens e Rendas da Declaração de IRPF ([doc. 4b](#))

Obs.: caso o candidato não autorize o acesso aos Dados de Bens e Rendas da Declaração de IRPF, deverá apresentar Cópia da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda (DIRF).

Formulários e Declarações Complementares (a serem apresentadas apenas por servidores cedidos de outro órgão ou entidade):

- Formulário de Informações Remuneratórias ([doc. 5a](#) OU [doc. 5b](#))
- Formulário de Informações Previdenciárias de Servidor ([doc. 6](#))

Obs.: A informação do doc. 6 só será necessária caso a cessão tenha ônus integral para o Senado Federal (opção por 100% da remuneração).

Caso o servidor opte por receber o auxílio-alimentação pelo Senado Federal, deverá apresentar ainda declaração, emitida pelo órgão de origem, informando que o servidor cedido não percebe benefício correspondente. Caso o nomeado não apresente a declaração, não haverá impedimento em sua investidura, contudo, em razão da presunção de que recebe o auxílio-alimentação pelo órgão de origem, não será efetuado o pagamento do benefício pelo Senado Federal.

**Em caso de dúvidas, entre em contato com o Núcleo de Posse no Serviço de Atendimento ao Usuário:
(61) 3303-2003 ou seatusposse@senado.leg.br**



SENADO FEDERAL
Coordenação de Administração de Pessoal

DECLARAÇÃO DE DADOS PESSOAIS

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome completo: _____

Categoria/cargo: _____

Estado civil: solteiro(a) casado(a) divorciado(a)
 separado(a) judicialmente viúvo(a) convivente (união estável)

Nome do cônjuge: _____

Escolaridade:

Analfabeto

Até o 5º ano incompleto do Ensino Fundamental (antiga 4ª série) ou que se tenha alfabetizado sem ter frequentado escola regular

5º ano completo do Ensino Fundamental

Do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental incompleto (antiga 5ª a 8ª série)

Ensino Fundamental Completo

Ensino Médio incompleto

Ensino Médio completo

Educação Superior incompleta

Educação Superior completa

Pós-Graduação completa

Mestrado completo

Doutorado completo

Cor/raça*: indígena branca preta amarela parda não informado

Deficiência: física auditiva visual intelectual múltipla nenhuma

Nome do pai: _____

Nome da mãe: _____

Data de nascimento: ___/___/___ Sexo: masculino feminino

Nacionalidade: _____ Naturalidade: _____ UF: _____

Declaro que as informações são verdadeiras e que não constam rasuras.

Em ___ / ___ / _____

Assinatura

* O Senado Federal quer conhecer seus servidores pela cor/raça, para fins estatísticos. O objetivo é cumprir compromisso assumido na adesão ao Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça e enviar, de forma completa, a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Para tanto, foram adotadas as mesmas categorias utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela RAIS.



SENADO FEDERAL
Coordenação de Administração de Pessoal

DECLARAÇÃO DE DADOS PESSOAIS

2. ENDEREÇO

Endereço residencial: _____
 Bairro: _____ Cidade: _____ UF: _____ CEP: _____
 Tel. fixo: (____) _____ Celular: (____) _____
 E-mail particular*: _____

3. DOCUMENTAÇÃO

Certidão Nascimento Casamento N° ou Termo: _____ N° Livro: _____
 N° Folha: _____ Cartório: _____ Cidade: _____ UF: _____
 N° identidade: _____ Órgão expedidor/UF: _____ Data de expedição: __/__/__
 N° título de eleitor: _____ UF: _____ Zona: _____ Seção: _____
 N° certificado de reservista: _____ Categoria: _____ Região Militar: _____
 Carteira de trabalho n°: _____ Órgão: _____
 Seção: _____ CPF: _____
 PIS/Pasep: _____

4. DADOS PARA CRÉDITO DE REMUNERAÇÃO

Banco do Brasil

Agência n°: _____
 Conta n°: _____ Corrente Salário

Caixa Econômica Federal

Agência n°: _____
 Conta n°: _____ Corrente Poupança Salário

* É obrigatório, para fins de ingresso no Senado Federal, o fornecimento de um e-mail particular.

Declaro que as informações são verdadeiras e que não constam rasuras.

Em ____ / ____ / ____

Assinatura

* O Senado Federal quer conhecer seus servidores pela cor/raça, para fins estatísticos. O objetivo é cumprir compromisso assumido na adesão ao Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça e enviar, de forma completa, a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Para tanto, foram adotadas as mesmas categorias utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela RAIS.



SENADO FEDERAL
Coordenação de Administração de Pessoal

DOC 2

DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE CARGOS

Eu, _____,
CPF nº _____, indicado(a) para ocupar o cargo em comissão de
no(a) _____, em atenção ao art. 37,
incisos XVI e XVII da Constituição Federal, e ao art. 118, parágrafos 1º, 2º e 3º da Lei nº 8.112, de 1990, declaro que:

1. MINHA FONTE DE RENDIMENTOS, A QUALQUER TÍTULO, PROVIRÁ APENAS DO CARGO QUE EXERCEREI NO SENADO FEDERAL.

sim

não

2. POSSUO OUTRA(S) FONTE(S) DE RENDIMENTOS, CONFORME DISCRIMINADO ABAIXO:

Proventos de inatividade (aposentadoria ou pensão).

Modalidade da aposentadoria: _____

Fonte pagadora: _____

Data de início do benefício: ____ / ____ / ____

Cargo, emprego ou função na administração pública direta ou indireta de qualquer dos poderes da União, Estados, Distrito Federal e municípios, incluindo empresas públicas e sociedades de economia mista.

Cargo/emprego/função: _____

Fonte pagadora: _____

Acionista, cotista ou comandatário de empresa privada ou de sociedade civil.

Empresa: _____

Atividade remunerada, com vínculo empregatício, em empresa privada.

Horário de trabalho: _____

Empresa: _____

Outras fontes de remuneração sem vínculo empregatício.

(aluguel de imóvel, pensão alimentícia, representação, trabalho autônomo, aplicações em instituição financeira etc.)

Especificar: _____

CNPJ: _____

3. NÃO PARTICIPO DE GERÊNCIA OU ADMINISTRAÇÃO DE SOCIEDADE PRIVADA, PERSONIFICADA OU NÃO PERSONIFICADA. NÃO EXERÇO COMÉRCIO NEM SOU PROPRIETÁRIO DE FIRMA INDIVIDUAL.

4. NÃO ESTOU EM LICENÇA, SEM VENCIMENTOS OU COM CONTRATO DE TRABALHO SUSPENSO EM ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Súmula 246 do TCU).

A prestação de declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, consiste em crime de falsidade ideológica, sujeito a pena de reclusão, conforme o disposto no art. 299 do Código Penal.

Em ____ / ____ / ____

Assinatura



SENADO FEDERAL
Coordenação de Administração de Pessoal

DECLARAÇÃO DE ISENTO

Eu, _____,
CPF nº _____, indicado(a) para ocupar o cargo em comissão de

no(a) _____,
declaro ao Senado Federal, para fins de posse em cargo comissionado, e, sob as penas da lei, que estou desobrigado(a) da apresentação da declaração do Imposto de Renda, conforme orientações do Ministério da Fazenda.

A prestação de declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, consiste em crime de falsidade ideológica, sujeito a pena de reclusão, conforme o disposto no art. 299 do Código Penal.

Em ____ / ____ / ____

Assinatura



SENADO FEDERAL
Coordenação de Administração de Pessoal

FORMULÁRIO DE AUTORIZAÇÃO DE ACESSO AOS DADOS DE BENS E RENDAS DAS DECLARAÇÕES DE AJUSTE ANUAL DO IMPOSTO DE RENDA DE PESSOA FÍSICA

IDENTIFICAÇÃO DO(A) DECLARANTE

Nome: _____
CPF nº: _____
Cargo em comissão indicado: _____
Unidade de lotação: _____

AUTORIZAÇÃO

SIM

NÃO

Autorizo, para fins de cumprimento da exigência contida no art. 13 da Lei nº 8.429, de 1992, e no art. 1º da Lei nº 8.730, de 1993, e enquanto sujeito ao cumprimento das obrigações previstas nas Leis nº 8.429, de 1992, e 8.730, de 1993, o Tribunal de Contas da União - TCU a ter acesso aos dados de bens e rendas exigidos das minhas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda de Pessoa Física e das respectivas retificações entregues à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Prezado(a) Servidor(a), se você optou por **não autorizar** ao TCU o acesso direto às suas informações de bens e renda na base de dados da Receita Federal, deverá enviar cópia da **Declaração de Ajuste Anual de Imposto de Renda Pessoa Física – DIRPF**, entregue anualmente à Receita Federal do Brasil – RFB, ou **Declaração de Isento**, em arquivo no formato PDF com assinatura digital, devidamente cadastrada como Documento (00100) no Sistema de Gestão Arquivística de Documentos – SIGAD, e tramitar para CPDBR - Comissão Permanente de Recepção e Controle das Declarações de Bens e Renda. No registro do documento no SIGAD, deve-se informar DECLARAÇÃO no campo “Espécie/Formato”, código 56.04.01.47 no campo “Classificação Arquivística” e SIGILOSO no campo “Acesso”, com grau de sigilo PESSOAL - DADOS PESSOAIS.

Em _____ / _____ / _____

Assinatura



SENADO FEDERAL
Coordenação de Administração de Pessoal

FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES REMUNERATÓRIAS DE CEDIDO DE ÓRGÃO OU ENTIDADE FEDERAL

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome completo: _____

2. DADOS NO ÓRGÃO DE ORIGEM

Nome do órgão: _____

Cargo efetivo: _____ Matrícula: _____

Regime jurídico: Estatutário (cargo público) Celetista (emprego público)

3. OPÇÃO REMUNERATÓRIA

Nos termos do art. 2º da Lei nº 8.911/1994 e do art. 122, Parte I, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, faço a seguinte opção:

Pela remuneração integral do cargo em comissão a ser paga diretamente pelo Senado Federal.

Pela remuneração correspondente ao vencimento de meu cargo efetivo (pago pelo órgão de origem), acrescida de 55% do vencimento fixado para o cargo em comissão e 100% da Gratificação de Representação, a ser pago pelo Senado Federal.

4. OPÇÃO PELO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

Pela percepção do auxílio-alimentação no Senado Federal.

Pela percepção do auxílio-alimentação no meu órgão de origem.

ATENÇÃO!

Em caso de opção pela percepção do auxílio-alimentação no Senado Federal, o nomeado deverá apresentar declaração emitida pelo órgão de origem informando que o servidor cedido não percebe benefício correspondente ao auxílio-alimentação.

Em _____ / _____ / _____

Assinatura _____



SENADO FEDERAL
Coordenação de Administração de Pessoal

FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES REMUNERATÓRIAS DE CEDIDO DE ÓRGÃO OU ENTIDADE ESTADUAL, DISTRITAL OU MUNICIPAL

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome completo: _____

2. DADOS NO ÓRGÃO DE ORIGEM

Nome do órgão: _____

Cargo efetivo: _____ Matrícula: _____

Regime jurídico: Estatutário (cargo público) Celetista (emprego público)

3. OPÇÃO REMUNERATÓRIA

(Conforme previsto no ato autorizador da cessão)

Responsabilidade pelo ônus: Órgão de origem (cedente) Senado Federal (cessionário)

4. OPÇÃO PELO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

Pela percepção do auxílio-alimentação no Senado Federal.

Pela percepção do auxílio-alimentação no meu órgão de origem.

ATENÇÃO!

Em caso de opção pela percepção do auxílio-alimentação no Senado Federal, o nomeado deverá apresentar declaração emitida pelo órgão de origem informando que o servidor cedido não percebe benefício correspondente ao auxílio-alimentação.

Em ____ / ____ / ____

Assinatura



SENADO FEDERAL
Coordenação de Administração de Pessoal

DOC 6

FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DE SERVIDOR

OS DADOS DEVERÃO SER PREENCHIDOS PELA UNIDADE DE PESSOAL DO ÓRGÃO DE ORIGEM

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome completo: _____

Cargo efetivo: _____ Matrícula: _____

Regime jurídico: Estatutário (cargo público) Celetista (emprego público)

2. DADOS DO ÓRGÃO DE ORIGEM

Nome do órgão: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ UF: _____ CEP: _____

Telefone da unidade de pessoal: (____) _____ (____) _____

3. INFORMAÇÃO SOBRE O REGIME DE PREVIDÊNCIA NO ÓRGÃO DE ORIGEM

Regime Geral de Previdência (INSS) Regime Próprio de Previdência

4. DADOS SOBRE O INTITUTO DE PREVIDÊNCIA

Preencher somente se o cedido for ocupante de cargo público e estiver vinculado a Regime Próprio de Previdência do órgão de origem.

Nome do intituto de previdência: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ UF: _____ CEP: _____

E-mail: _____ Telefone: (____) _____

Dados bancários para depósito dos encargos previdenciários:

Banco: _____

Agência: _____ Conta corrente: _____

5. DADOS SOBRE A REMUNERAÇÃO DO(A) SERVIDOR(A)

Remuneração mensal bruta: R\$ _____

Remuneração base para o desconto dos encargos previdenciários: R\$ _____

Contribuição previdenciária do servidor: R\$ _____ Alíquota (%): _____

Contribuição patronal: R\$ _____ Alíquota (%): _____

ATENÇÃO! O órgão de origem deverá informar ao Senado Federal Sempre que houver alteração do valor da remuneração do cargo efetivo ou da alíquota referente à contribuição previdenciária do segurado ou da contribuição patronal.

Em _____ / _____ / _____

Carimbo e assinatura do responsável pelo órgão cedente